



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Destinação de verbas. Incompletude das informações fornecidas. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 319/2018

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Saúde, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre destinação de verba repassada do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, bem como aos contratos e documentos firmados com os recebedores da verba.
2. Em resposta, o ente indicou que os valores de repasse podem ser acompanhados por meio do Portal Financeiro do Gestor, enviando planilha com os repasses. Em recurso, a resposta foi mantida. Inconformado, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, argumentando que as informações enviadas não abrangem a totalidade do valor repassado.
3. Instada pela OGE a complementar as informações enviadas, a Pasta ficou-se silente.
4. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
5. No caso concreto em análise, verifica-se que o solicitante formulou seu pedido de acesso para obter informações sobre a destinação de verbas repassadas pelo Governo Federal ao Governo do Estado, para o Fundo Estadual de Saúde, sendo que foram prestadas informações relativas apenas a parcela dos recursos, nos termos do artigo 11 da Lei de Acesso à Informação, deixando a Pasta de se manifestar sobre o restante do montante repassado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. De rigor, portanto, o provimento do recurso apresentado, na medida em que as informações fornecidas não atendem integralmente ao quanto solicitado, sem justificativa para a incompletude das informações, que, se existentes, devem ser fornecidas, conforme previsto no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, para assegurar-se a vigência plena do princípio da publicidade.
7. Diante do exposto, em razão da falta de completo atendimento da demanda até o presente momento, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei de Acesso à Informação, e artigo 20, I, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º daquele artigo, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 11 de outubro de 2018.

MANUELLA RAMALHO

RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL